



SEÇÃO: ARTIGOS

Wallmapuwen – a busca pela autonomia mapuche na política chilena

Wallmapuwen – the search for mapuche autonomy in chilean politics

Stefania Dalla Rosa¹

orcid.org/0000-0001-7286-7517
stedalla@gmail.com

Recebido em: 3 maio 2022.

Aprovado em: 4 jul. 2022.

Publicado em: 21 nov. 2022.

Resumo: A história do povo Mapuche frente ao Estado chileno foi e continua sendo muito conturbada, a partir da anexação do território originário após a Guerra de Pacificação da Araucanía, em 1883. No decorrer de todo o século XX, surgiram movimentos pela retomada do território e por uma representatividade Mapuche na região da Araucanía, que se intensificaram nos anos 1990, no período de redemocratização. A partir da análise da "Declaración de Principios de Wallmapuwen", o primeiro partido Mapuche, fundado em 2005 e legalizado em 2016, buscou-se compreender a percepção do Wallmapuwen a respeito da identidade étnica e nacional, nacionalismo e democracia, assim como os princípios políticos e ideológicos do partido, os agentes sociais pertencentes à "nação Mapuche", planos de recuperação territorial e suas aspirações políticas a nível regional e nacional. Recorrendo ao conceito de identidade nacional e etnia de Anthony Smith como referencial teórico e analisando o documento a partir desses conceitos, foi demonstrado que não podemos caracterizar Wallmapuwen apenas como um partido étnico, uma vez que defende um pluralismo de agentes sociais mapuches e não mapuches. Busca um diálogo com o governo chileno em busca de descentralizar a política dando mais autonomia para as regiões e a recuperação territorial, focando na diminuição dos impactos ambientais. Conclui-se, portanto que Wallmapuwen se coloca como um partido democrático, autonomista, laico, pluralista e nacionalitário.

Palavras-chave: Wallmapuwen. Autonomia Mapuche. Identidade nacional.

Resumo: The history of the Mapuche people against the Chilean State was and continues to be very troubled after the annexation of the original territory after the Pacification of Araucanía war, in 1883. Throughout the 20th century, movements arose for the recovery of this territory and for a Mapuche representation in the Araucanía region, which intensified in the period of redemocratization, in the 1990s. Drawing on the analysis of the "Declaración de Principios de Wallmapuwen", the first Mapuche party, founded in 2005 and legalized in 2016, the research sought to comprehend the perception of Wallmapuwen regarding national and ethnic identity, nationalism and democracy, as well as the party's political and ideological principles, the social agents that belong to the "Mapuche nation", the territory recovery plans and their political aspirations at the regional and national levels. Making use of Anthony Smith's concepts for national identity and ethnics as theoretical referential and analyzing the document based on these concepts, it has been shown that Wallmapuwen can't be characterized simply as an ethnic party, once it defends a pluralism of social agents, mapuche and non-mapuche. It seeks to establish a dialogue with the Chilean government, pursuing decentralizing politics by giving more autonomy to each region and territorial recovery, focusing in the decrease of environmental impacts. It can therefore be concluded that Wallmapuwen presents itself as a democratic, autonomist, secular, pluralist and nationality party.

Keywords: Wallmapuwen. Mapuche autonomy. National identity.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Introdução

O presente artigo busca analisar os princípios políticos e ideológicos do Wallmapuwen, assim como suas propostas, que buscam uma maior representação mapuche tanto no âmbito regional quanto nacional, a partir do documento fundador do partido. Procura-se compreender o que o partido entende por etnia, identidade coletiva e nação, além do conceito utilizado de nacionalitarismo. Quais os objetivos do partido no que diz respeito à recuperação territorial e o papel do Estado Chileno na região que compreende a maior parte da população Mapuche, reconhecida pelos mesmos como Wallmapu, ou "País Mapuche"?

Os mapuches têm um histórico de resistência muito marcante na história dos povos originários na América do Sul. Conseguiram resistir às tentativas de domínio Espanhol por séculos, tendo sua autonomia reconhecida pela própria Coroa Espanhola. Para os espanhóis, os mapuches se localizavam em boa parte das terras entre os rios Bío-Bío e Toltén, um território muito vasto no centro-sul do atual Chile (HAUGHNEY, 2012, p. 202) e Oeste da Argentina. Após as Independências do Chile e Argentina, no início do Século XIX, ainda conseguiram manter boa parte deste território até a Guerra de Pacificação da Araucania. Esta guerra ocorreu de 1881 a 1883 e, como resultado, os territórios pertencentes ao povo mapuche foram drasticamente reduzidos - em aproximadamente 95%. As reduções do território original se deram por quase um século, até os anos de 1950, e, com a chegada do período de ditadura de Pinochet (1973-1990), o processo de tornou quase irreversível (DUQUESNOY, 2012 p. 23).

No caso do Estado chileno, o mesmo se apropriou dos territórios mapuches e impôs, sobre eles e sobre os povos, uma legislação já consolidada, que não levou em consideração as especificidades culturais e linguísticas locais. Durante os 30 anos iniciais, na tentativa de subjugar os mapuches, a República do Chile organizou-os em *Reducciones*, sem levar em consideração os locais tradicionais e cercando-os por propriedades privadas, cedidas a colonos chilenos e

estrangeiros (HAUGHNEY, 2012, p. 202). Segundo Haughney, houve muitas disputas de terras entre os mapuches e colonos, que ultrapassaram os limites demarcados utilizando violência e fraude. Durante os governos de Eduardo Frei e Salvador Allende, de 1964 a 1973, algumas organizações mapuches se mobilizaram com o objetivo de reaver parte das reservas tomadas.

Em 1965, Frei inicia um processo de liquidação dos latifúndios em todo o país, expropriando terras dos grandes proprietários. Porém, as promessas do programa não são alcançadas. Já durante o governo de Allende, com a *Unidad Popular*, a divisão das terras pertencentes aos mapuche é freada e inicia-se um processo de devolução de território para os povos originários do Chile. Duquesnoy (2012, p. 27) faz uma crítica ao governo socialista que fez uma análise "[...] socialista de clase a los indigenas como *campesinos despojados y explotados*, no a indigenas en su *condición de grupo cultural diferente*". Para o autor, essas medidas "campesinistas" não eram "[...] proyectos fomentados y fundamentados por los propios mapuche" (DUQUESNOY, 2012, p. 27, grifo do autor). As organizações formadas pelos mapuche durante esse período são consideradas pelo autor como um ponto irreversível nas relações entre os mapuches e o Estado chileno, que na década posterior passaram a ser ainda mais conturbadas.

Em 1973, Allende, então presidente, sofreu um golpe militar e morreu durante o bombardeamento do Palacio de la Moneda, sede do governo. Pinochet toma o poder e começam os 17 anos de ditadura. Durante esse período, as terras reconquistadas com a reforma agrária dos anos 60 passaram novamente para a propriedade dos colonos, e o restante das comunidades mapuches foi subdividido em lotes livres para serem vendidos em 20 anos (HAUGHNEY, 2012, p. 202). A década de 1970 foi um período de muitas perdas para os povos Mapuche. Além da divisão de suas terras e da violência física por parte do Estado, eles viram seus territórios sagrados deixados à disposição de empresas que pudessem explorá-los. Os assentamentos foram reduzidos

a pequenas ilhas dispersas, sem a possibilidade de criar uma unidade territorial (DUQUESNOY, 2012 p. 28). Em 1979, porém, as mobilizações indígenas se tornaram mais presentes na luta pela questão indígena. “Se inicia un lento, prudente y definitivo proceso de movimiento social mapuche, basado en la protesta identitaria, la pugna a favor de la autonomía y la conciencia renovada de la condición de pueblo” (DUQUESNOY, 2012 p. 28).

Em 1988, os mapuches se fizeram presentes na luta pela redemocratização. Sete organizações mapuches fizeram parte da formulação do plebiscito de 1988: Ad Mapu, Nehuen Mapu, Lautaro Ñi Ayllarehue, Asociación Nacional del Pueblo Mapuche de Arauco, Callfulican, Choin Folil Che y Centros Culturales Mapuche (CHONG; GONZÁLEZ, 2007 p. 143-144). Todas participaram de alguma maneira da campanha eleitoral para acabar com a ditadura e apoiaram Patricio Aylwin, candidato da *Concertación*, que ganhou as eleições de 1989, com 55% dos votos (CHONG; GONZÁLEZ, 2007 p. 143-144). Os representantes dos povos mapuches se comprometeram a apoiar o novo governo, porém continuariam a lutar por suas causas, e assim o fizeram. Com o *Acuerdo de Nueva Imperial*, de 1989, o novo governo propõe um novo programa indigenista, no qual buscava a recuperação das terras, o reconhecimento dos direitos coletivos presentes na Constituição, a ratificação da C169² e a criação de um novo órgão específico para os assuntos indígenas (CHONG; GONZÁLEZ, 2007 p. 144).

Apesar das tentativas de mudança, reconhecidas em parte pelas organizações mapuches, os objetivos iniciais não foram atingidos e os anos de 1990 e 2000 foram marcados por uma maior mobilização social das mesmas. Ocupações, greves de fome e protestos marcados por violência policial extrema, prisão e até mesmo morte de militantes da causa mapuche, bem como o pouco caso da justiça chilena em punir o excesso de força por parte das instituições,

fizeram deste um período conturbado (CHONG; GONZÁLEZ, 2007). Até hoje – 2022 – os conflitos entre representantes mapuches e o Estado chileno são recorrentes, assim como a prisão dos manifestantes, enquadrados, muitas vezes, como terroristas (HAUGHNEY, 2012, p. 206).

Apesar das diversas investidas por uma maior representatividade mapuche no Estado chileno, as poucas tentativas de formação de um partido político não se concretizaram. Finalmente, em 2005, formou-se o partido Wallmapuwen – palavra em mapuzungun, língua mapuche que significa, em tradução para o espanhol, “*compatriotas del País Mapuche*” (GÓMEZ, 2016, p. 325), ou “*los que vivimos en el País Mapuche*” (CHONG; GONZÁLEZ, 2007, grifo do autor). Fundado na cidade de Temuco, no centro-sul do Chile, o partido possui uma declaração de seus princípios políticos escrita em 2005, que está disponível atualmente no site do *Enlace Mapuche Internacional*.³ Nesta declaração, podemos analisar o projeto político pelo qual o partido luta, assim como seus princípios ideológicos.

1 A busca por um partido mapuche

A necessidade de se construir um partido político mapuche tem como base a memória histórica e a vontade de recuperação de um território perdido e reconstrução do Wallmapu – País Mapuche (CHONG; GONZÁLEZ, 2007, p. 155). Além disso, durante o século XX, e em especial no período de redemocratização do Estado chileno, a participação dos movimentos indígenas foi suprimida pela intervenção de partidos políticos em seu nome. Ao invés de se tornarem atores sociais participantes no sistema político desde então, as lideranças mapuches acabaram se limitando a criar alianças políticas com as grandes coalizões eleitorais (CHONG; GONZÁLEZ, 2007, p. 156), como *La Concertación*. O que vem a mudar esta situação de coadjuvantes no cenário político oficial é a formação

² 1 Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais, feito pela Organização Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, em 1989, onde se cria os direitos fundamentais dos povos indígenas e tribais.

³ “[...] fundado el 11 de mayo de 1996 en Bristol (Reino Unido). Tuvo su origen en un grupo de mapuches y europeos preocupados por la situación de las naciones y pueblos indígenas de América y concienciados por los derechos inalienables que les asisten”. Disponível em: <https://www.mapuche-nation.org/espanol/nosotros.htm>. Acesso em: 22 jul. 2021.

de um partido político liderado por mapuches, o Wallmapuwen. Víctor Gómez (2016), em sua tese de doutorado defendida na *Universitat Autònoma* de Barcelona, faz uma análise histórica dos movimentos políticos e de luta dos mapuches, onde procura explicar o lento processo de legalização pelo qual o partido Wallmapuwen passou. Segundo o autor, o Wallmapuwen é fundado na cidade de Temuco, em 2005. A partir de 2007, inicia os trâmites necessários para se constituir como um partido político dentro das exigências legais do Estado chileno. O objetivo era de que fosse reconhecido em três regiões: Araucanía, Los Ríos e Los Lagos. De acordo com a legislação chilena, para este reconhecimento, deveria coletar um total de 5000 assinaturas. Segundo Gómez (2016), os custos da coleta de assinaturas seriam muito elevados, tanto pelas taxas a serem pagas quanto pela mobilização nas amplas regiões, muitas vezes rurais. O Serviço Eleitoral do Chile ainda fez algumas exigências em relação à Declaração de Princípios escrita pelos fundadores do partido. Entre elas, deveria ser retirada a bandeira nacional mapuche, a língua usada nos documentos – mupuzungun – deveria ser trocada pelo espanhol e alguns conceitos não foram bem vistos, como os de “autonomia” e “Wallmapu”, nome dado para o “País Mapuche” (GÓMEZ, 2016, p. 325).

O processo continua por mais 9 anos, até que finalmente, em 2016, o partido é oficializado pelo *Servicio Electoral de Chile*, concretizando a formalização desta organização política (CHONG; GONZÁLEZ, 2007, p. 152). Wallmapuwen passa a representar, dentro do sistema eleitoral chileno, as lutas pelo reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos, ao território e à representatividade. Para Chong e González (2007), Wallmapuwen seria um partido étnico, formado por uma elite de intelectuais, ativistas, acadêmicos e jornalistas que possuem uma mesma identidade.

Un partido político étnico tiene etno-nombre, opera local y regionalmente, pero busca proyectarse a nivel nacional. La actividad política del pueblo mapuche, en consecuencia, busca revertir la marginalidad y su minorización, a

pesar de la apertura de canales institucionales con el llamado ‘nuevo trato’ y las políticas indigenistas que impulsó la Concertación en la posdictadura (CHONG; GONZÁLEZ, 2007, p. 157).

Podemos caracterizar Wallmapuwen apenas como um partido puramente étnico? Quais são as características que podem embasar essa afirmação? Quais agentes sociais são inseridos como pertencentes à “nação mapuche”? A partir de uma análise do documento inaugural do partido, é possível compreender as suas intenções e aspirações políticas a nível regional e nacional.

2 Wallmapuwen: autonomista, nacionalitário, democrático, progressista, laico e pluralista

Para analisar a “*Declaración de Principios de Wallmapuwen*”, o documento fundador foi dividido em três partes. A primeira funciona como uma introdução e procura explicar qual o partido que seus dirigentes aspiram; a segunda é mais sintética e traz os princípios ideológicos do partido; e a terceira, os princípios políticos e o que podemos considerar um glossário, onde são explicados os principais conceitos utilizados no documento e que compõe a base de suas ideias.

Segundo o que consta na primeira parte do documento, o partido se forma a partir de um “diálogo respetuoso y franco, tendiente a visualizar salidas al actual estado de estancamiento en que se encuentra el movimiento mapuche” (WALLMAPUWEN, [2005]). Para eles, existe uma necessidade de legitimar a luta do povo mapuche a partir de um partido político próprio, de caráter “Autonomista y Nacionalitário”. Consideram que os mapuches são vítimas do que chamam de uma “situação colonial global”, ou seja, se sentem subordinados em todos os planos da vida social aos Estados chileno e argentino, que dividiram o Wallmapu sem considerar a população local, que até fins do século XIX vivia na região de forma autônoma e independente. Para o Wallmapuwen, e, de acordo com o documento, a situação atual é vista pela nova geração de mapuches como uma “questão nacional”, não mais como uma “questão

indígena campesina", como foi vista pelos partidos políticos até então. O Wallmapuwen considera a existência de uma "Nação Mapuche", e, portanto, seus fundadores procuram a formação de uma identidade nacional. Por identidade nacional, entendemos uma identidade coletiva com consciência de comunidade política, que possui suas instituições e um código de direitos e deveres comum entre todos (SMITH, 1997, p. 22).

Para que se crie uma identidade nacional também é necessário estabelecer "um espaço social claro, um território bastante bem demarcado e limitado, com o qual os membros se identificam e ao qual sentem que pertencem" (SMITH, 1997, p. 22). Este território deve ter um significado histórico para o grupo em questão. Os membros da comunidade possuem memórias e associações históricas com o local; seus rios, montanhas, lagos são sagrados. Smith (1997) ainda fala que o povo pertencente àquele território deve ter autonomia dentro dele, sem que aconteça exploração do mesmo por outros. Não à toa, uma das principais lutas dos movimentos mapuches durante todo o século XX, e atualmente, é pela reaquisição do território original.

De acordo com o documento, o território original do povo mapuche vive, desde que se tornou parte do Chile, uma situação de "conflicto entre el centro y la periferia, que há llevado a nuestro territorio a padecer los problemas generados por el centralismo político asfixiante que se impulsa desde Santiago" (WALLMAPUWEN, [2005]). O problema do centralismo só poderia ser resolvido, portanto, a partir do âmbito político, uma vez que até hoje a luta empreendida pelos movimentos e organizações continua sendo violentamente reprimida. Segundo Chong e González (2007), essas organizações, apesar de reconhecerem que o governo chileno procurou se aproximar das comunidades mapuches, entendem que os processos utilizados não foram o suficiente para resolver "problemas concretos relacionados con la violencia policial, la restitución de tierras, la militarización en sus territorios y las históricas inequidades socioeconómicas" (CHONG; GONZÁLEZ, 2007, p. 145).

Wallmapuwen (2005) busca, em um primeiro momento, uma autonomia política dentro do território que contempla o Wallmapu, para implementar um processo de "reconstrucción nacional, tendiente a fortalecer el tejido social y político en el País Mapuche". Para tal processo, é necessário o apoio, a soma de forças mapuches para articular grupos mapuches e "não mapuches" em busca dos interesses do partido (2005), que podemos compreender como o esforço de garantir as assinaturas necessárias para a legitimação do partido. Em segundo lugar, o Wallmapuwen [2005] considera necessário o desenvolvimento de uma "[...] estrategia electoral en el País Mapuche, evaluando los niveles en que es conveniente participar y las condiciones de cada momento coyuntural".

O movimento social mapuche não é homogêneo em sua organização e nem em suas práticas de ação coletiva, como afirmam Chong e González:

dentro de una vasta heterogeneidad de formas de articulación política que exhibe el activismo mapuche, se distingue también una modalidad de carácter autónomo que brega abiertamente contra la violencia estructural del Estado en su etapa neoliberal avanzada (CHONG; GONZÁLEZ, 2007, p. 147).

Dentro dessa lógica, podemos observar que o partido busca a união das forças dos diferentes grupos, movimentos e organizações mapuches para concretizar seu projeto político. Apesar disso, procuram deixar claro que respeitam a diversidade de cada organização e se comprometem em fomentar essa diversidade. Para eles, "[...] la futura existencia del partido no significa que las organizaciones sociales mapuche dejen de existir, por el contrario propenderemos el fortalecimiento de las existentes y la creación de otras nuevas allí donde sea necesario" (WALLMAPUWEN, [2005]).

Podemos observar também a consciência em relação aos passos necessários para a consolidação de um "projeto político global" (WALLMAPUWEN, [2005]), iniciando sua participação em eleições municipais. Segundo o documento, tal nível eleitoral seria não somente alcançável como legítimo, e, assim que alcançado, o próximo

passo deveria buscar maneiras de “[...] fortalecer una práctica de gobierno municipal con una clara orientación autonomista y nacionalitaria, que permita multiplicar las fuerzas que sustenten nuestro proyecto” (WALLMAPUWEN, [2005]).

A segunda parte do documento analisado compreende cinco pontos, os princípios ideológicos do Wallapuwen. O primeiro ponto se refere à identidade cultural:

Los mapuche somos habitantes originarios del Wallmapu o País Mapuche que se ubica a ambos lados de la Cordillera de los Andes y constituimos un mismo Pueblo. Nos une una cultura, una misma historia, una lengua propia y nacional, y por sobre todo, la voluntad de desarrollar una comunidad de destino, es decir, una Nación (WALLMAPUWEN, [2005]).

Anthony Smith (1997) considera a cultura como um fator muito importante no estabelecimento da identidade nacional. Ela une a população ao território através de valores e tradições comuns. Para ele,

uma nação pode assim ser definida como *uma determinada população humana, que partilha um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns a todos os membros* (SMITH, 1997, p. 28, grifo do autor).

No documento analisado, alguns dos principais elementos da nação, como cultura, história e língua estão presentes. Mesmo que o indivíduo não viva mais na comunidade de origem, como os mapuches que vivem na capital ou outras regiões do Chile, ele sempre fará parte da mesma. A nação, portanto, é vista como uma “superfamília imaginária” (SMITH, 1997). Smith (1997) considera que essa busca por incluir “parentes étnicos” que habitam fora do território é comum em nacionalismos étnicos pós independência. Apesar de ser comum em comunidades não ocidentais, como os mapuches, pautar sua identidade em uma concepção étnica de nação não parece ser o caso do Wallmapuwen, como pode ser analisado mais adiante no documento. O segundo ponto se

refere ao direito da autodeterminação:

A los Mapuche en tanto Nación nos asiste el inalienable derecho a la autodeterminación. Por medio de su ejercicio, nos corresponde decidir libremente nuestro futuro político, económico, social y cultural. Este derecho, considerado como un derecho humano fundamental, ha sido consagrado en instrumentos internacionales de derechos civiles y políticos. Su reconocimiento es imprescindible para terminar con la división de pueblos de primera y segunda categoría, con opresores y oprimidos (WALLMAPUWEN, [2005]).

De acordo com a Carta da ONU, em seu capítulo XI, que trata da “Declaração Relativa a Territórios sem governo próprio” e dispõe de dois artigos que contemplam os deveres das nações que compõem as Nações Unidas, em relação aos povos que habitam seu território. Segundo o artigo 73:

Os membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 43).

Para tal, os governos responsáveis por tais territórios, devem, entre outras medidas, “[...] assegurar, com o devido respeito à cultura dos povos interessados, o seu progresso político, econômico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra todo abuso” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 43). Sendo o Chile um dos países fundadores e membro das Nações Unidas desde 24 de outubro de 1945,⁴ é dever do Estado chileno respeitar os diferentes grupos que povoam seu território, inclusive os mapuches. Também é dever dos países membros:

[...] desenvolver sua [dos povos sem governo] capacidade de governo próprio, tomar devi-

⁴ Informação encontrada no site das Nações Unidas, disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/member-states>. Acesso em: 10 ago. 2022.

da nota das aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo de suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes e os diferentes graus de seu adiantamento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 43)).

Podemos, portanto, analisar que o Wallmapuwen se apoia em instrumentos internacionais de direitos civis e políticos, como a carta da ONU, para legitimar seu projeto político autonomista. A autodeterminação é colocada como um direito na declaração relativa a territórios sem governo próprio que, para Smith (1997), nasce do ideal de autonomia. O terceiro ponto de seus princípios ideológicos trata de uma afirmação do exercício da autodeterminação. O papel da nação mapuche nesse sentido seria o de "[...] restitución de nuestro territorio histórico: el conjunto del Wallmapu, el que esta constituido por el Ngulumapu región oeste, actualmente ocupado por el Estado Chileno y el Puelmapu, ocupado por el Estado argentino" (WALLMAPUWEN, 2005).

O quarto ponto se refere ao papel dos Estados chileno e argentino – ambos membros das Nações Unidas – de reconhecer os direitos dos povos originários e o papel das suas forças e lutas próprias. Neste ponto, reafirmam também a necessidade de impulsionar um processo de reconstrução nacional. Essa reconstrução implica:

[...] desde un punto de vista ideológico, el desarrollo de una conciencia nacional mapuche, que nos permitirá confluir por sobre nuestras diferencias, sean estas originadas en nuestro propio desarrollo histórico o bien como consecuencia de la subordinación que experimentamos por parte de los Estados chileno y argentino (WALLMAPUWEN, [2005]).

No quinto ponto, o documento traz a necessidade do desenvolvimento de uma consciência nacional mapuche através da revitalização da língua Mapuzungun e sua oficialização como língua local. Seria um dever político "[...] elaborar políticas en todos los niveles que permitan revitalizar y recuperar plenamente la práctica del idioma (WALLMAPUWEN, [2005]).

Smith (1997), quando escreve sobre as bases étnicas da identidade nacional, caracteriza os

seis atributos principais da comunidade étnica. A comunidade deve possuir um nome próprio coletivo, um mito de linhagem comum, memórias históricas partilhadas, um ou mais elementos diferenciadores de cultura comum, uma associação a uma terra natal específica e um sentido de solidariedade em sectores significativos da população. A língua entra como elemento importante, tanto no sentido da memória quanto como elemento diferenciador da cultura comum. O Muduzungun é o idioma falado nos diversos setores onde habitam os mapuches, que apesar de não ser considerado uma língua oficial, possui milhares de falantes. Além disso, várias palavras de origem mapuche - e outras comunidades originárias - são utilizadas no espanhol chileno, diferenciando-o bastante do castelhano.

A terceira parte analisada do documento apresenta os princípios políticos do Wallmapuwen, separados em 7 pontos, sendo o último uma espécie de glossário. O primeiro ponto se refere ao dever do partido para com o povo mapuche, o que eles chamam de uma "responsabilidad histórica" (WALLMAPUWEN, 2005). Consideram um dever:

[...] señalar claramente que el ejercicio pleno de nuestros derechos colectivos como nación se ven hoy coartados por múltiples obstáculos que hacen imposible su materialización en el corto o mediano plazo. Dadas las actuales condiciones desfavorables de correlación de fuerza que enfrenta nuestro pueblo en todos los planos, la lucha mapuche deberá transitar etapas sucesivas hacia la consecución de su objetivo máximo: la reconstrucción del País Mapuche (WALLMAPUWEN, [2005]).

Nesse trecho, podemos observar que o partido não propõe uma solução simples e que a reconstrução do País Mapuche deve ser feita a partir de sucessivas etapas. Os obstáculos que restringem a materialização de suas propostas poderiam ser referentes ao próprio Estado chileno, assim como à exploração econômica do território mapuche nas últimas décadas. De acordo com Natividad Chong e Damián González (2007, p. 141), no "capitalismo avançado", as sociedades indígenas acabam sendo relegadas a zonas de dependência e periferia, e sofrem, tendo seu

território explorado economicamente, além do racismo, da violência e da dominação.

O segundo ponto diz respeito à atual etapa de luta, que os dirigentes definem como “autonomista y de profundización democrática” (WALLMAPUWEN, [2005]). Nesta etapa, julgam fundamental: a) a luta democrática pela conquista de um “Estatuto de Autonomía Regional” para o território da Araucanía e comunidades adjacentes, a partir de uma Assembleia e um Executivo regionais, eleitos pela população local. Esta eleição deve ser em base de um sistema proporcional – não deixam claro em relação a que; b) luta por reformas políticas democráticas dentro do próprio Estado chileno – descentralização política, modificação do sistema eleitoral, ampliação de participação dos cidadãos e o reconhecimento da nação mapuche. Para isso, julgam necessário unir a luta eleitoral e a mobilização social.

O terceiro e o quarto pontos dizem respeito à necessidade de criação de um Partido Político Mapuche, autonomista e nacionalitário, instrumento importante para a luta democrática dentro do sistema político chileno. Wallmapuwen deve:

[...] nacer con una clara voluntad de alcanzar el poder político, que le permita no solo llevar adelante su proyecto político, sino también resolver los múltiples problemas que hoy experimenta nuestro pueblo y la población chilena del País Mapuche. En este sentido el partido no trabajará exclusivamente por representar los intereses mapuche, sino también abogará por la defensa de aquellos sectores que padecen de la exclusión, social, política y económica (WALLMAPUWEN, [2005]).

Aqui observamos a inclusão dos não mapuches que vivem no País Mapuche, incluídos na luta do partido, visto que boa parte da população chilena local também sofre com a exclusão social, política e econômica que aflige os mapuches. Admitindo os chilenos como habitantes do Wallmapu e demonstrando intenção de lutar por suas causas, pode-se perceber que o partido não baseia suas propostas políticas somente na etnia mapuche, procura não excluir outras populações de seu território.

O quinto ponto trata de uma continuação dos dois pontos anteriores e procura explicitar de

que forma deve incluir a população chilena em sua luta. O partido não procura somente orientar política e ideologicamente a nação mapuche, “[...] sino también dar respuestas concretas a los dilemas del desarrollo, para buscar y construir un nuevo orden social más justo en el País Mapuche, que sea alternativa al modelo neoliberal imperante” (WALLMAPUWEN, [2005]). A referência a uma “nova ordem social” indica o caráter mais progressista do partido, que, apesar de possuir bases na identidade mapuche e buscar uma reconstrução da cultura e território mapuche, também procura incluir os “novos” habitantes. Esta característica inclusiva se torna mais explícita no sexto ponto dos princípios políticos:

El Partido al que aspiramos debe contribuir al progreso social, económico y cultural de todos los ciudadanos del Wallmapu, promoviendo en todos ellos, mapuche y no-mapuche, la formación cívica y participación activa en todos los asuntos de intereses para el País Mapuche (WALLMAPUWEN, [2005]).

Este ponto faz referência a outro fator de extrema importância na busca por uma identidade nacional comum a todos os cidadãos do território: a formação cívica. Através dela é que se constrói uma consciência comum. Para Smith (1997, p. 30), “[...] a identidade nacional e a nação são construções complexas, compostas por uma série de componentes interligados”. A identidade cívica e territorial se combina em diferentes proporções com a identidade étnica e religiosa. Para criar essa identidade comum, é importante frisar a socialização dos cidadãos, a partir, por exemplo, da educação em massa.

Ao final do documento, no ponto sete de seus princípios políticos, são explicados os conceitos utilizados na declaração, demonstrando de que maneira cada um deles diz respeito às intenções políticas do partido. Primeiramente, Wallmapuwen se autointitula um partido *autonomista* na medida em que busca, na atual etapa de sua luta, a conquista de um “Estatuto de Autonomía”. Defendem, portanto, “[...] la autonomía ideológica, política y orgánica del movimiento social mapuche y del Partido de toda influencia foránea hecha bajo intereses no mapuche o centralistas”

(WALLMAPUWEN, [2005]). Ou seja, busca autonomia de decisão política em todas as esferas em relação à capital. Podemos interpretar como uma proposta de descentralização de todo o Estado chileno, dando maior autonomia a cada região.

Em seguida, Wallmapuwen se considera *nacionalitário*, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de uma identidade *nacional* mapuche, transformar a consciência étnica em uma consciência nacional mapuche, pois consideram que existe uma diversidade real entre o povo mapuche, mas às vezes artificialmente fomentada.

De este modo queremos trascender el sesgo campesinista con que se ha impregnado la lucha mapuche. Con ello no queremos expresar que la lucha por la tierra no tenga importancia, por el contrario seguimos sosteniendo que ello es básico en el proceso de restitución territorial, pero no compartimos la expresión que señala que «un mapuche sin tierra no es mapuche», sino que sostenemos que «los mapuche sin un territorio jamás seremos una nación». Estamos convencidos de que este tránsito no es sólo necesario, sino urgente, pues ella es la base ideológica fundamental que nos permitirá crecer y converger en un proyecto más amplio de Nación Mapuche (WALLMAPUWEN, [2005]).

Nesse trecho, é reforçada a importância da luta pela terra para a restituição territorial que o partido propõe, mas não a considera como a única alternativa. Reforça também a ideia de que a identidade mapuche independe do território, mas que ele é necessário para a constituição de uma Nação Mapuche. Consideram a busca por essa restituição territorial como o caráter nacionalitário do partido. Para Anthony Smith (1997), uma das principais características de uma nação é que ela necessita de um espaço territorial definido. Sendo assim, não é de se estranhar a importância que um partido que se autointitula nacionalitário dá à terra.

O partido se intitula *democrático*, “[...] en la medida que aspira a construir una sociedad mapuche democrática y al establecimiento de relaciones democráticas con otras sociedades” (WALLMAPUWEN, [2005]), além de que buscará se utilizar de “mecanismos democráticos” em sua luta. Como dito anteriormente no documento, o

partido se diz a favor da participação ativa dos habitantes do Wallmapu, mapuches e não mapuches. Também se considera *progressista*, pois fomentará políticas que garantem o respeito das

[...] libertades individuales, la defensa de los derechos humanos, la protección del medio ambiente, el establecimiento de relaciones más justas y equitativas entre el Capital y el Trabajo, así como el derecho de todas las personas de acceder a la salud, el trabajo, la vivienda, la previsión y la educación, lo cual debe ser garantizado por las instituciones públicas (WALLMAPUWEN, [2005]).

Este trecho é interessante, pois vai de encontro com a ideia de que, em nome da “identidade nacional”, as pessoas estão pretensamente dispostas a renunciar às suas liberdades individuais e restringir as dos outros, como afirma Anthony Smith (1997). Wallmapuwen se apresenta como um partido preocupado com o respeito às diferenças e vinculado a lutas consideradas de suma importância para os setores mais progressistas da sociedade.

Por fim, o partido se declara *laico e pluralista*, assumindo que o povo mapuche possui suas próprias expressões religiosas, com seus espaços sagrados, não se propõe a personificar estes espaços e os agentes religiosos. Seus redatores compreendem como importante respeitar outras religiões e consideram que “[...] dicha adscripción debe ser asumida en la esfera de la vida privada de las personas (WALLMAPUWEN, [2005]). Assumem, portanto, o compromisso de não discrimina “[...] por razones de origen étnico, social, religioso, de género, opciones sexuales o discapacidad, etc”. O único condicionante para participar do partido seria “[...] la aceptación de su proyecto político, declaración de principios, programa, así como la manifestación declarada de sus miembros de trabajar activamente para la materialización de su proyecto y objetivos” (WALLMAPUWEN, [2005]).

A partir da ideia de pluralismo expressada ao final da declaração de princípios, podemos observar que não se coloca como condicionante de adesão ao Wallmapuwen, pertencer à etnia mapuche. Inclusive, em nenhum momento

utilizam as palavras etnia, étnico ou etnicidade. Existe uma preocupação em integrar os outros habitantes do "País Mapuche" neste projeto de região autônoma e nacionalitária. O próprio nome do partido diz respeito aos "compatriotas del país Mapuche", não se referindo especificamente aos da etnia mapuche.

Considerações finais: autonomia sim, independência não

Para Víctor Gómez (2016, p. 476), o Wallmapuwen "rompe con el etnicismo e integrar a la población chilena dentro del proyecto político mapuche". Segundo ele, isso significaria que a militância está aberta à população chilena que habita no Wallmapu. Segundo Anthony Smith (1997), o etnicismo é geralmente utilizado instrumentalmente, para mobilizar diversos adeptos para apoiar seus objetivos na luta pelo poder. De fato, o próprio partido nega ser instrumental "[...] en el sentido restringido del concepto que suele usarse para limitar la acción de un partido a actividades puramente electorales, sino que es un instrumento para la implantación de un proyecto político global como ya lo hemos indicado" (WALLMAPUWEN, [2005]).

De acordo com Gómez (2016, p. 476), "Wallmapuwen es un partido mapuche, no un partido étnico". Quando caracterizamos Wallmapuwen como uma "Partido Mapuche", não podemos necessariamente afirmar que ele rompe com a ideia da identidade étnica. Segundo Smith (1997), a comunidade étnica se baseia em uma cultura histórica e um sentido de identidade comum.

Um grupo étnico é um tipo de coletividade cultural [...] que sublinha o papel de mitos de descendência e de memórias históricas, e que é reconhecida por uma ou mais diferenças culturais, como a religião, os costumes, a língua ou as instituições (SMITH, 1997, p. 36).

As bases nas quais o partido se apoia podem ser vistas como elementos de uma comunidade étnica, baseando-se na identidade mapuche, no território natal e até mesmo na língua. Mas ao mesmo tempo, não podemos caracterizá-lo apenas como étnico, pois se apresenta como

aberto a todos aqueles que concordam com seus ideais, buscando construir uma *identidade nacional comum*, entre mapuches e não mapuches. "A identidade nacional, diferente da étnica, é multidimensional e não pode ser reduzida a um único elemento" (SMITH, 1997, p. 29).

Diferente de outros movimentos nacionalistas atualmente em voga, como os movimentos em prol da independência da Catalunha, Wallmapuwen não procura separar-se do Estado chileno. O partido lutou e ainda luta por uma maior autonomia regional, fazendo críticas ao sistema político chileno, que é bastante centralizado. "La imposibilidad de constituir partidos en una sola región y la ausencia de elecciones regionales son vistas como un obstáculo para una participación política mapuche autónoma en la región de la Araucanía" (GÓMEZ, 2016, p. 477). Sua proposta busca um diálogo com o governo e suas demandas possuem um tom mais voltado à autonomia regional. Para eles, é importante descentralizar a política chilena, dando mais oportunidades para que as regiões decidam por si. Buscam, com isso, a recuperação do território mapuche, o respeito por esse território histórico por parte do Estado, diminuindo os impactos ambientais e culturais causados pela exploração que consideram indevida.

O Estado e a nação são diferentes, uma vez que a nação exprime um laço cultural e político que une a comunidade em uma só. Para Smith (1997), um Estado só pode ser considerado Estado-nação quando os limites são os mesmos e a população total partilha uma cultura étnica comum. Em pouquíssimos casos – 10% – os limites do estado coincidem com os da nação; em todos os outros, o Estado é formado com diferentes identidades nacionais, pautadas em identidades étnicas, religiosas, de gênero, questões socioeconômicas etc. (SMITH, 1997). Wallmapuwen parece bastante consciente disso quando afirma que a luta mapuche no Chile não é mais uma questão indígena campesina e sim uma questão nacional, na qual a Nação Mapuche teve seus direitos e sua autonomia ignorados pelos governos chileno e argentino, e, portanto, procuram readquiri-los

a partir da luta política.

Em outubro de 2019, manifestações a nível nacional de descontentamento com as políticas das últimas décadas no Chile resultaram em um pacto político e iniciou-se o processo para reescrever a Constituição Chilena. Lideranças dos povos originários tiveram, pela primeira vez, uma representação nas decisões políticas, não somente como movimento, mas agora como participantes da constituinte. Em setembro de 2022 o povo chileno votará em um plebiscito se apoia ou não a nova Constituição, que, entre outras pautas políticas importantes, busca reconhecer o Chile como um “[...] Estado Plurinacional e Intercultural que reconhece la coexistencia de diversas naciones y pueblos en el marco de la unidad del Estado” (CHILE, [2022]). Entre os povos reconhecidos pela nova constituição proposta, estão os Mapuche, Aymara, Rapa Nui, Lickanantay, Quechua, Colla, Diaguita, Chango, Kawashkar, Yaghan, Selk’nam e outros que possam vir a ser reconhecidos de acordo com a lei.

Referências

- CHONG, Natividad G.; GONZÁLEZ, Damián G. La cultura política en el pueblo mapuche: El caso Wallmapuwen. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales – Nueva Época*, México, ano. LXII, n. 231, p. 137-166, set./dez. 2007.
- DUQUESNOY, Michael. La tragedia de la utopía de los Mapuche de Chile: reivindicaciones territoriales en los tiempos del neoliberalismo aplicado. *Revista paz y conflictos*, [S. l.], n. 5, p. 20-43, 2012.
- GÓMEZ, Víctor N. *De la Raza a la Nación, de la Tierra al País*. Comunitarismo y nacionalismo en el movimiento mapuche, 1910-2010. 2016. 659 p. Tese (Doutorado em Ciencia Política, Políticas Públicas e Relações Internacionais) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2016.
- HAUGHNEY, Diane. Defending Territory, Demanding Participation: Mapuche Struggles in Chile. *Latin American Perspectives*, [S. l.], v. 39, n. 4, p. 201-217, jul. 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas: Capítulo XI*. [S. l.]: ONU, 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>. Acesso em: 10.ago.2022
- RICHARDS, Patricia. Of Indians and Terrorists: How the State and Local Elites Construct the Mapuche in Neoliberal Multicultural Chile. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, n. 42, p. 59-90, 2010.

SMITH, Anthony. *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

WALLMAPUWEN. Declaración de principios de Wallmapuwen. In: *Enlace Mapuche Internacional*. Wallmapu, dic. 2005. Disponível em: <https://www.mapuche-nation.org/espanol/html/noticias/cmdo-216.htm>. Acesso em: 28 maio 2019.

CHILE. Constituição Política do Chile. Artículo N° 4. – Del Estado Plurinacional Y Libre Determinación De Los Pueblos. In: *Plataforma digital de participación popular*. <https://plataforma.chileconvencion.cl/m/explorador/detalle?id=454>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Stefania Dalla Rosa

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Endereço para correspondência

Stefania Dalla Rosa
Rua Kurt Rantour, 313, bloco 03, apto. 302
Capoeiras, 88070-190
Florianópolis, SC, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação da autora antes da publicação.